

NOTA TÉCNICA MATRIA

***COMO SE CRIA UMA FALÁCIA:
A ORIGEM DO MITO
DE QUE 90% DOS TRANS
ESTÃO NA PROSTITUIÇÃO***

20
25

COMO SE CRIA UMA FALÁCIA: A ORIGEM DO MITO DE QUE 90% DOS TRANS ESTÃO NA PROSTITUIÇÃO

Análise de documentos da ANTRA revela que a alegação não se sustenta em evidências e tem sido usada para criar uma narrativa alarmista e falsa de vulnerabilidade

Uma estatística alarmante, repetida incessantemente, de que 90% da população trans no Brasil está envolvida na prostituição, é falsa. Através da análise dos dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a MATRIA revela que a alegação não possui nenhuma base científica, sendo fundamentada em falas de militantes em encontros informais e enquetes sem valor estatístico com ativistas e seus simpatizantes nas redes sociais.

A investigação aponta que a ANTRA utiliza essa estatística inflada para criar uma narrativa de extrema vulnerabilidade, influenciar políticas públicas e até mesmo justificar ações judiciais. Pesquisas com metodologia sólida indicam números muito menores de pessoas trans na prostituição, além de demonstrar a presença significativa de pessoas dessa população no mercado formal de trabalho. A MATRIA questiona: a quem interessa a perpetuação dessa falácia? A quem interessa usar dados manipulados para moldar a percepção pública e as decisões políticas?



ÍNDICE

A falácia dos 90%	4
Referências circulares	5
A repetição dos mesmo erros	7
A falácia do apelo à autoridade	13
Pesquisas sobre o tema	15
Consequências	18
Conclusão	25
Referências Bibliográficas	26

A falácia dos 90%

Dentre as diversas afirmações que são constantemente veiculadas a respeito de pessoas que se autodeclararam trans, está a de que 90% da população travesti e transexual viveria em situação de prostituição. Veículos como a [Folha de São Paulo](#) e [G1](#) dão credibilidade a essa afirmação, reproduzindo-a em suas reportagens.

The screenshot shows the top of a web page from 'FOLHA DE S. PAULO'. The navigation bar includes links for 'economia', 'energia limpa', 'casa própria', 'dólar, bolsa e empresas', 'imposto de renda', and 'compre m'. Below the navigation bar is a large grey rectangular placeholder. To the right of this placeholder, the word 'PUBLICIDADE' is visible. The main headline reads 'Emprego formal ainda é exceção entre pessoas trans'. Below the headline, a sub-headline states: 'No Brasil, 90% da população transexual e travesti tem a prostituição como fonte de renda e possibilidade de subsistência'. At the bottom of the article preview, there are social media sharing icons and a timestamp: '29.jan.2020 às 15h24'.

The screenshot shows the top of a web page from 'g1'. The navigation bar includes the 'g1' logo, the text 'MINAS GERAIS', and a search icon. Below the navigation bar is a red banner with the text 'Caça-Palavras, Sudoku, Dito e muito mais' and a 'Jogue agora' button. The main headline reads 'Cerca de 90% das travestis e transexuais do país sobrevivem da prostituição'. Below the headline, a sub-headline states: 'Esta semana, o MG2 exibe série de reportagens sobre homofobia.' At the bottom of the article preview, there is a byline: 'Por MG2 — Belo Horizonte'.

Quando verificamos nesses textos **qual a fonte de tais informações, somos sempre remetidos à mesma origem: A ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais** e seus dossiês. Mas, afinal, como essa ONG chegou a um dado tão bombástico?

Referências circulares

A MATRIA pesquisou as fontes dessa alegação, analisando os dossiês anuais da ANTRA publicados desde 2018 e cotejando referências.

O que se identificou foi que a suposta estatística se baseava em falas de militantes proferidas em “encontros nacionais” da ANTRA, e posteriormente em “enquetes realizadas em redes sociais” sem especificação das perguntas ou definição do público participante.

Vejam os:

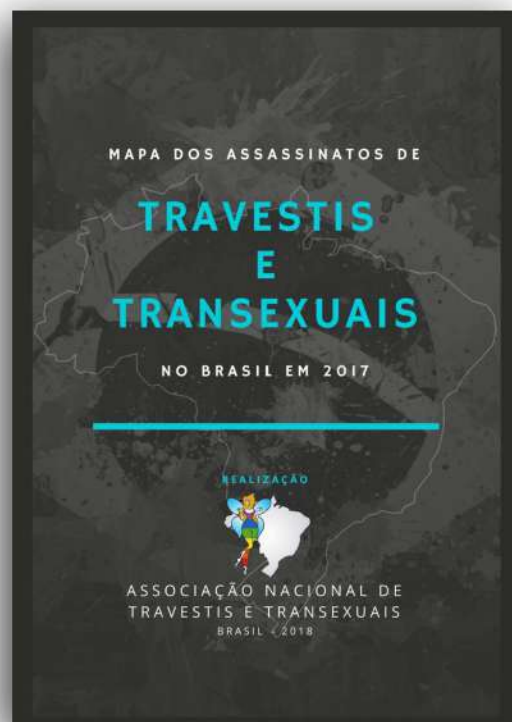
O primeiro dossiê lançado pela ANTRA, em 2018, afirma que

“De acordo com dados levantados pela ANTRA, 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar.” (ANTRA, 2018, p. 18).

O tema é novamente abordado nas páginas 47 e 96:

A atividade de prostituição é a maneira como 90% das travestis e mulheres trans sobrevivem economicamente no Brasil, conforme a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). O território da prostituição é simultaneamente um lugar de vida e morte para o grupo. As travestis e mulheres transexuais relatam que o território da prostituição é o único espaço em que sua feminilidade é reconhecida e desejada (ANTRA, 2018, p. 47 [grifos nossos]).

Os latrocínios de gays ainda contam com maior índice de elucidação com o apoio das divisões de inteligência das polícias civis, mediante, verbi gratia, as quebras de dados e interceptações telefônicas, a partir dos aparelhos subtraídos das vítimas. Em contrapartida, os assassinatos de travestis em sua maioria são homicídios perpetrados em vias públicas, sem vínculos entre as vítimas e seus agressores, em lugares ermos, altas horas da noite ou durante as madrugadas, **perverso cenário imposto a 90% das mulheres trans compulsoriamente inseridas na prostituição**, mais vulneráveis a toda sorte de extorsões e violências, depois de serem expulsas de casa, da escola e alijadas do mercado de trabalho. (ANTRA, 2018, p. 96 [grifos nossos])



Surpreende que a associação divulgue um dado de tamanha importância e só informe a sua origem na página 118 do dossiê. Essa manobra parece mais uma estratégia para dissimular a ausência de qualquer pesquisa válida que sustente a alegação. Afinal, além de a ANTRA citar seu próprio nome como fonte, ela revela que os números foram produzidos pelos próprios ativistas em seus encontros anuais:

Dados da ANTRA estimaram que 90% da população Trans trabalha na prostituição, esses números foram coletados em encontros nacionais que realizamos a cada ano. Essa média ainda é muito atual, com uma leve oscilação para menos, pois se por um lado algumas dessas pessoas ingressam num trabalho formal outras nascem e experimentam a prostituição como a forma inicial, as vezes muito precocemente pela exclusão família e social, para ter o seu próprio sustento já que o poder público não desenvolve ações para incluir essa população no mundo laboral e as instituições que trabalham com elas também não dispõem de recursos e iniciativas que versem nesse caminho mais efetivamente. (ANTRA, 2018, p. 118 [grifo nosso])

O texto do dossiê mostra que a ANTRA não seguiu nenhum dos requisitos mínimos de produção de uma estatística. Encontros de militantes reúnem um grupo muito homogêneo e particular de pessoas. Além de politicamente motivado a enfatizar uma narrativa da realidade, esse grupo está longe de representar a totalidade da população trans identificada no Brasil. Isto é, mesmo que 90% das pessoas presentes em um encontro de militantes relatassem envolvimento com a prostituição, isso não significa que 90% da população trans no Brasil esteja nessa situação.

Além da falta de transparência e de chance de verificação externa da veracidade dessa narrativa, o que vemos é uma completa negligência em relação aos parâmetros mais básicos de produção de uma estatística. Estas demandam uma metodologia rigorosa, com amostragem representativa da população, metodologia clara e transparente, instrumentos de coleta de dados válidos e confiáveis, análise estatística apropriada e formas de verificação das informações por terceiros.

A repetição dos mesmo erros

A fragilidade dos dados apresentados em 2018 não impediu que o [dossiê do ano seguinte](#) repetisse as mesmas afirmações, já citando o dossiê do ano anterior como fonte:

2019

De acordo com a ANTRA (2018), 90% da população de travestis e mulheres transexuais estão na prostituição por falta de oportunidades, devido à exclusão familiar, social e escolar (ANTRA, 2019, p. 48).



2020

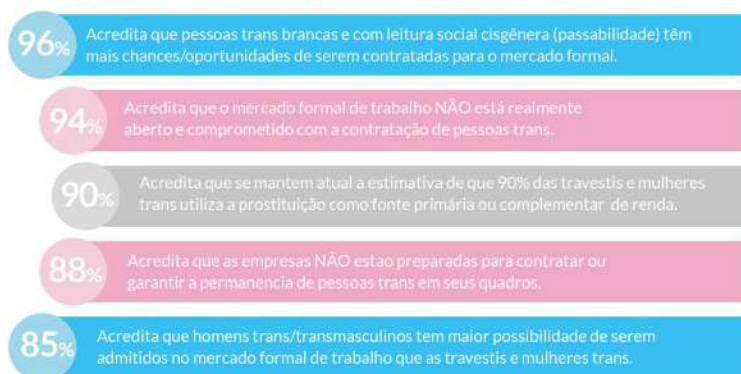
Já no [dossiê de 2020](#), a ANTRA resolveu inovar. Dessa vez, para sustentar que a 90% da população de travestis e transexuais teriam a prostituição como fonte primária de renda, a associação recorreu a uma enquete feita em rede social:

Em **recente enquete realizada em nossas redes sociais sobre empregabilidade trans**, ficou nítido que, de modo geral, o mercado formal de trabalho ainda enfrenta grandes desafios para a contratação ou efetivação de pessoas trans nas empresas, assim como existe a dificuldade de manutenção das pessoas contratadas em seus quadros, devido à transfobia institucional. (...) **Participaram voluntariamente 2.535 pessoas**, que responderam cinco perguntas. O resultado pode ser observado na figura abaixo (ANTRA, 2021, p. 43 **[grifos nossos]**):



Na linha 3 da imagem, em tons de cinza, a ANTRA informa que “90% **ACREDITA** (sic) que se mantém atual a estimativa de que 90% das travestis e mulheres trans utilizam a prostituição como fonte primária ou complementar de renda.”

Figura: Resultado da enquete sobre a empregabilidade Trans em DEZ/2020



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

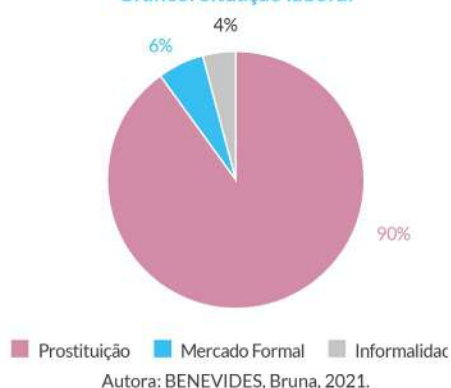
Ou seja, uma pergunta cuja formulação desconhecemos, respondida por um público de simpatizantes não especificado e auto selecionado, é reportada pela ANTRA. A associação apresenta uma afirmação enviesada a seus seguidores na internet, já inclinados a concordar com sua estimativa enviesada, e então usa o resultado como “prova” de sua veracidade.

Na página 45 do mesmo dossiê outro gráfico informa que “apenas 6% da população de travestis e mulheres trans possui empregos formais”. O dado não só é apresentado sem nenhuma fonte que o corrobore como também é acompanhado de uma referência ao próprio dossiê em questão: “Benevides, Bruna, 2021”.

Na página anterior, porém, o dossiê sugere que a própria referência não existe, pois diz o seguinte:

“**acreditamos que** se mantém atual a estimativa de que apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Da mesma forma, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda”. (ANTRA, 2020, p. 44 [grifo nosso])

Gráfico: Situação laboral



2022

O dossiê lançado em 2022, por sua vez, repete, na página 47, os mesmos números cuja fonte é, simplesmente, o dossiê do ano anterior.

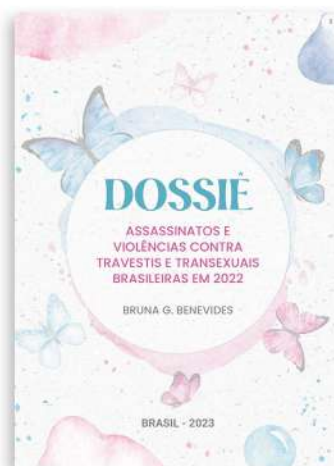
Com aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de miseráveis, a crise econômica, a política e aumento do desemprego, acreditamos que se mantém atual a estimativa de que apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Da mesma forma, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: **90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda.** (Benevides e Nogueira, 2021) (ANTRA, 2022, p. 47)



2023

O dossiê seguinte, de 2023, não traz números sobre prostituição, mas uma narrativa que se repete ao longo dos anos e que é digna de nota, por ser totalmente contraditória: ao mesmo tempo em que a ANTRA afirma que a maioria das vítimas de assassinatos do seu levantamento estava em situação de prostituição, a associação tenta menosprezar o perigo que a prostituição em si representa.

Chama atenção que, não muito diferente dos anos anteriores, o fato de que em 2022 a maioria daquelas **onde foi possível identificar a atividade, pelo menos 54% dos assassinatos foram direcionados contra travestis e mulheres trans que atuam como profissionais do sexo**, as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a essas profissionais. (ANTRA, 2023, p. 40)



É importante chamar atenção para o fato de que **não acreditamos que não é a prostituição que necessariamente coloca pessoas trans em situação de vulnerabilidade, mas a transfobia** e as condições que lhe retiraram as oportunidades que antecedem a sua busca pela prostituição como única opção. (ANTRA, 2023, p. 41)

Como demonstrado até aqui, podemos verificar que existe um perfil prioritário que tem sido vitimado pela violência transfóbica e o assassinato, que é a travesti ou mulher trans, negra, pobre, periférica, que é percebida dentro de uma estética travesti socialmente construída e, **principalmente, profissionais do sexo que atuam na prostituição nas ruas**. (ANTRA, 2023, p. 45)

Em vez de admitir o risco mais do que documentado para todas as pessoas, de todos os sexos, que estão na prostituição, a ANTRA prefere dizer que o motivo dos assassinatos é transfobia. O motivo já sabemos: a ANTRA defende a prostituição como um trabalho qualquer. Isso porque ela recomenda ao Estado, na página 87, “Impedir prisões pelo exercício das **atividades relacionadas ao trabalho sexual**, afastando-se de medidas punitivas, retirada forçada das ruas e criminalização da atividade”. [grifo nosso]

Ora, sabemos que a prostituição não é criminalizada no Brasil. No entanto, as tais “atividades relacionadas”, como o lenocínio (exploração da prostituição de terceiros), são ilegais e puníveis por lei. Isso significa que uma pessoa pode exercer a prostituição de forma independente, mas não pode explorar ou lucrar com o trabalho de outra pessoa nesse contexto. Ao pedir a descriminalização de “atividades relacionadas ao trabalho sexual”, o que a ANTRA realmente solicita é a liberação da exploração sexual em nosso país.

Ao defender essa exploração sexual sob o rótulo de “trabalho”, perpetua-se um sistema que objetifica e desumaniza as pessoas e que perpetua um ciclo de violência, pobreza e desigualdade. A Relatora Especial da ONU sobre violência contra mulheres e meninas, Reem Alsalem, já alertou para o perigo de normalizar a prostituição, afirmando que termos como ‘trabalho sexual’ higienizam a realidade prejudicial da prostituição (ONU, 2021).

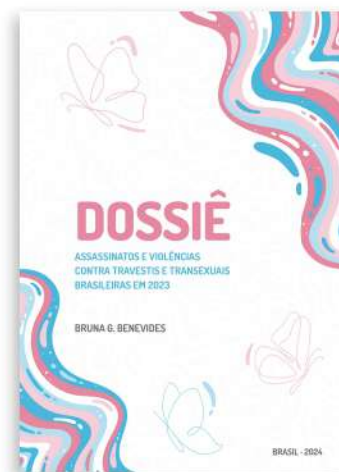
Isso tudo demonstra uma clara contradição na postura da ANTRA ao abordar a prostituição, que contradiz sua própria alegação de defender os direitos da população trans.

2024

No dossiê lançado em 2024, além da repetição de argumentos dos anos anteriores, os autores acrescentaram a citação de uma colocação de Sophia Rivero, pessoa do sexo masculino transidentificada:

Sophia Rivera nos chama a refletir sobre o trabalho sexual em texto publicado no dia de combate a violência contra trabalhadoras sexuais que iremos transcrever abaixo:

Em se tratando das travestis, já que a maioria de nós utiliza a prostituição como fonte primária ou secundária de renda, ainda que seja um lugar que, por vias, possa possibilitar uma ascensão econômica, essa não é uma realidade generalizada, visto que até no cenário do trabalho sexual, as mazelas, compulsões e opressões sociais se fazem presentes (ANTRA, 2024a, p. 57).



A nota de rodapé associada ao texto é uma postagem de Sophia Rivera, que afirma que seria “compreendido estatisticamente que ainda nós [travestis] encontramos em 90% na prostituição compulsória (...)”. E assim continua o ciclo de menções sem fonte a um dado inventado, na intenção de legitimá-lo.

Observe-se ainda o uso da expressão “prostituição compulsória”, que aparece anualmente nos dossiês da ANTRA e faz parte da apropriação generalizada de conceitos do feminismo (no caso, “maternidade compulsória”, “heterossexualidade compulsória”), com o objetivo de tentar inserir questões de pessoas do sexo masculino dentro de uma teoria e prática que não lhes diz respeito.

Em se tratando das travestis, se já compreendido estatisticamente que ainda nos encontramos em 90% na prostituição compulsória, ainda que seja um lugar que por vias possa possibilitar uma ascensão econômica, essa não é uma realidade generalizada, visto que até no cenário do trabalho s3xual as mazelas, compulsões e opressões sociais se fazem presentes. E ainda é preciso vista àquilo que está por trás dessa realidade: meninas expulsas de casa dentre seus 13 à 15 anos de idade, expulsas de suas casas, escolas e da vida social-econômica e política desde cedo, o que configura não somente um abandono e violação de direitos, mas também uma problemática drástica, sendo a exploração s3xual de crianças e adolescentes.

@transfeminista



transfeminista [Seguir](#) [Enviar mensagem](#) [...](#)

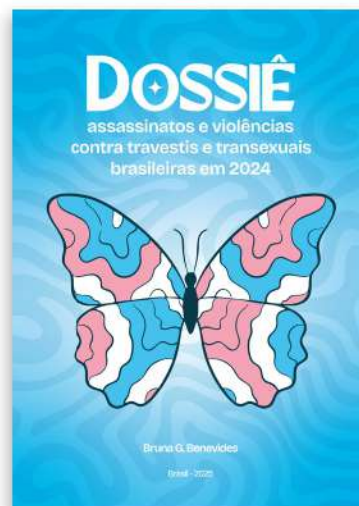
393 publicações 10,8 mil seguidores 4.486 seguindo

Sophia Rivera
É possível narrativas outras para nós?
Travesti escritora transfeminista materialista
PE/AL/CE/PI/BA/MG/SP/RS [74](#) ... mais
[linktree/Transfeminista](#)

2025

Finalmente, o dossiê mais recente da ANTRA, lançado este ano (2025), apesar de não mencionar nenhum número específico e não referenciar qualquer fonte, segue mencionando uma suposta quantidade alarmante de pessoas trans identificadas na prostituição.

Em meio a ataques às diversas mulheres e grupos que, cada vez mais, se organizam para desmascarar o que está por trás do lobby da ANTRA e do movimento trans em geral, o dossiê ataca a relatora especial da ONU sobre violência contra mulheres e meninas, Reem Alsalem e afirma o seguinte:



Outro aspecto problemático [do relatório de Reem Alsalem] é a desconsideração de modelos baseados em direitos humanos, como os que promovem a descriminalização e garantem acesso a serviços de saúde, proteção social e direitos trabalhistas. Esses modelos, adotados com sucesso em algumas regiões, demonstram que a inclusão das trabalhadoras sexuais no processo de formulação de políticas é essencial para reduzir a violência e a exploração, especialmente quando em sua maioria são mulheres, cis e trans. O que **no caso de mulheres trans se agrava ante a falta de oportunidade e o fato de que o trabalho sexual ainda é exercido pela maioria dessa população**. E, ao optar por uma narrativa que criminaliza, o relatório não apenas perpetua uma visão limitada e punitivista, mas também ignora dados e evidências que apontam para a eficácia de abordagens que colocam os direitos e a dignidade das pessoas no centro das soluções (ANTRA, 2025, p. 38 **[grifo nosso]**)

O relatório mencionado, escrito por Reem Alsalem sobre causas e consequências da prostituição, enquanto forma de violência contra mulheres e meninas, evidentemente não criminaliza as mulheres em situação de prostituição. Isso, no entanto, não impede que a ANTRA faça afirmações falaciosas sobre o relatório e sua autora.

A falácia do apelo à autoridade

A ANTRA se coloca como a fonte “oficial” e “especializada” sobre a realidade da população trans. Ao afirmar que 90% das pessoas trans estão na prostituição, a organização exige que essa afirmação seja aceita sem questionamentos, simplesmente porque “a ANTRA disse”. Isso é um apelo à autoridade, conhecida falácia lógica inaceitável em qualquer afirmação que se pretende verídica.

Em [Nota sobre a produção de dados acerca de pessoas trans e travestis no Brasil](#), publicada em 5 de março de 2024 em resposta ao nosso Relatório “[Falsas afirmações sobre a população autodeclarada trans no Brasil](#)”, a ANTRA se afirma “vanguardista quanto a produção de dados sobre a comunidade trans brasileira” e defende sua “reputação ilibada” da seguinte forma:

(...) **reafirmamos que a Associação Nacional de Travestis e Transexuais jamais produziu ou defendeu qualquer informação ou dados que não representam a realidade material das pessoas trans no Brasil.** E que seguiremos tendo como parâmetro os dados que tem sido validados ao longo dos anos como legítimos, por revelarem uma realidade ainda invisibilizada e carente de um olhar do poder público. (ANTRA, 2024b, p. 14 [**grifo** nosso])

A ANTRA também sugere que para refutar seus “dados”, precisaríamos nós mesmas produzirmos dados:

(...) qualquer narrativa ou afirmação diferente desta realidade deve se empenhar para construir e desenvolver metodologias, apresentar pesquisas e dados contundentes com argumentos que contenham evidências e informações suficientemente capazes de mostrar uma realidade diferente daquela vivenciada por pessoas trans, travestis e não binárias, e que tem sido insistentemente denunciada por nós (ANTRA, 2024b, p. 14 [**grifo** nosso]).

No entanto, basta ler os relatórios de onde se originam afirmações como “90% da população travesti e trans tem como principal fonte de renda a prostituição” para garantir categoricamente que tal afirmação não se sustenta. Para refutar os dados da ANTRA, basta mostrar seus vícios de origem.

Vejamos como a ANTRA acusa os outros daquilo que ela própria pratica, isto é, de produzir argumentos falaciosos, sem evidências materiais, provas e respaldo científico:

Alertamos para o fato de que grupos antitrans estão tentando inverter a realidade dos fatos, atuando para tentar transformar narrativas que não encontram aderência na realidade, como se verdade fossem, pois esses mesmos grupos são os que disseminam ideais transfóbicos diariamente nas redes sociais. **Alertamos para o fato de que as informações que circulam advindas desses grupos partem muitas vezes de bases sem respaldo científico**, e isso faz parte do dispositivo do estigma para retirar a ideia de humanidade das pessoas trans. E nesse contexto nos cabe afirmar que grupos antitrans não têm legitimidade ou qualquer evidência que sustente suas narrativas falaciosas. Sobretudo quando tentam apresentar elementos requeitados e já refutados pela falta de provas ou argumentos materiais sobre o que se alega. (ANTRA, 2024b, p. 7 - **[grifos nossos]**)

Um outro ponto interessante é que nesta nota, como em outras ocasiões, a ANTRA reforça repetidamente que seus “dados” devem ser levados em conta, enquanto produção da sociedade civil, diante da ausência de dados oficiais:

A falta de mecanismos de produção, sistematização e publicização de dados sobre grupos específicos no interior da máquina estatal tem contribuído para a invisibilização e a impunidade nos casos de violência. Essa invisibilização estatística impulsiona a própria sociedade civil a exercer esse papel e confere maior peso aos dados produzidos pela sociedade civil organizada, como a própria produção e os documentos da ANTRA. (ANTRA, 2024b, p. 2)

Nos espanta que a associação, preocupada com a ausência de estatísticas, nunca tenha contratado um Instituto de Pesquisa para levantar o real percentual de pessoas autodeclaradas trans na prostituição, algo que estaria financeiramente dentro do alcance de uma organização com uma lista impressionante de órgãos apoiadores a cada dossiê, beneficiária de recursos públicos e com um número significativo de seguidores que, certamente, poderiam contribuir financeiramente para tal empreitada.

A MATRIA, contando com doações de uma base de seguidores de 1/6 da que a ANTRA apresenta em março de 2025, foi capaz de financiar uma pesquisa de opinião, contratando um Instituto de Pesquisa para tanto. Cabe, portanto, indagar se a ideia nunca ocorreu à ANTRA ou à extensa lista de contribuidores anuais do dossiê ou se é mais interessante seguir propagando uma narrativa que serve aos seus propósitos políticos.

Pesquisas sobre o tema

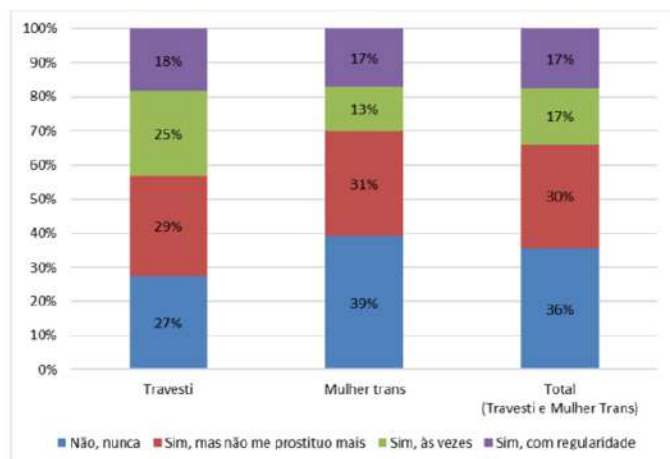
Ainda que não existam dados nacionais sobre o perfil de atividade remunerada de pessoas que se auto declaram trans, alguns levantamentos locais permitem questionar a narrativa da ANTRA. Em 2021, o Centro de Estudo de Cultura Contemporânea (CEDEC) realizou mapeamento das pessoas transgêneras na cidade de São Paulo. O levantamento tem falhas metodológicas graves, mas ainda assim é mais transparente e objetivo que os relatórios da ANTRA (CEDEC, 2021).

Cabe aqui destacar que esse levantamento do CEDEC selecionou pessoas transidentificadas em centros de acolhimento, centros de cidadania LGBTQIA+, centros de saúde, eventos LGBTQIA+ e no CAT - Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo. Sendo assim, esse levantamento não cumpre os requisitos de uma pesquisa estatística sobre uma população e sua amostra não é representativa do conjunto de pessoas identificadas como transgênero no Brasil. A tendência do CEDEC é recrutar para a pesquisa justamente as pessoas mais vulneráveis, que estão buscando emprego e serviços de acolhimento e saúde, deixando de fora todas aquelas que possuem ocupação estável e renda média ou alta.

Mesmo enviesada em direção aos mais vulneráveis, ainda assim os resultados da pesquisa CEDEC contradizem as afirmações da ANTRA: nos resultados (página 39), 39% das travestis e “mulheres trans” afirmaram que nunca se prostituíram e 30% que já o haviam feito, mas não se prostituíam mais. Aqui chegamos a um total de **34% que usam a prostituição como fonte primária ou secundária de renda**: um número bem distante dos “90%” citados sem fonte no dossiê da ANTRA ou mesmo da “maioria”.



Figura 10– Frequência com que se prostitui



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Em 2022, o Projeto Transvida, com apoio do Ministério das Mulheres e Ministério dos Direitos Humanos, realizou [pesquisa](#) com 147 pessoas trans, sendo a maior parte dos participantes mulheres trans (42,9%), de cor/raça preta (31,3%) e com 19 a 29 anos de idade (55,1%). **A prostituição era a atividade remunerada de apenas 14,3% dos entrevistados.**



Embora a reportagem em questão não traga detalhes sobre a metodologia da pesquisa, o número de 14,3% de entrevistados relatando a prostituição como atividade remunerada está ainda mais distante dos 90% da ANTRA ou “da maioria”.

Já a pesquisa [RETRATOS SOCIAIS DF 2021 - População LGBTQIA+: perfil sociodemográfico, escolaridade e mercado de trabalho](#) foi feita com metodologia robusta, por um órgão oficial de governo (o Instituto de Pesquisa e Estatística do DF - IPEDF) e permite entender melhor a realidade das pessoas transidentificadas no Distrito Federal. Embora ela não aborde o tipo de trabalho remunerado das pessoas entrevistadas, ela traz dados relevantes sobre trabalho formal versus informal (IPEDF, 2021). O seguinte quadro aparece na página 48:

Apêndice I - Tabela 9 - Distribuição das pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ ocupadas segundo o grau de formalidade do vínculo de trabalho. Distrito Federal, 2021

Grupo populacional	Formal		Informal		Sem classificação	
	N	%	N	%	N	%
Não LGBTQIA+	911.992	74,3%	279.858	22,8%	35.370	2,90%
LGBTQIA+	44.077	76,9%	11.483	20,0%	1.723	3,00%
Lésbicas	9.958	79,7%	2.293	18,4%	*	*
Gays	14.742	78,1%	3.676	19,5%	*	*
Bi e outros	6.857	73,5%	2.092	22,4%	*	*
Trans	10.823	78,6%	2.323	16,9%	*	*

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

(*) Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra.

O dado entra em total conflito com as alegações da ANTRA: no Distrito Federal, de uma amostra de 13.146 pessoas autodeclaradas trans em 2021, 78,6% estavam em empregos formais, enquanto 16,9% em empregos informais.

Não há motivo para supor que a totalidade dos empregos informais seja na prostituição, mas é dentro deste universo que se encontram aqueles que estão nessa situação, dado que no Brasil a atividade não é regulamentada e, portanto, quem a pratica não tem carteira assinada.

Novamente, e por mais que tais estatísticas não estejam separadas por sexo (incluindo, portanto, mulheres que se declaram “homem trans”), não há qualquer indício de que “a maioria” das pessoas do sexo masculino que se declara trans tenha a prostituição como fonte de renda.

Consequências

Tal como as demais afirmações sem embasamento que se originam em dossiês da ANTRA, a de que “90% da população transexual e travesti tem a prostituição como fonte de renda no Brasil” é constantemente replicada pela mídia.

Assim como as falsas afirmações de que a expectativa de vida da população trans seria de 35 anos e que o Brasil seria o país que mais mata pessoas trans, essa mentira serve para criar uma imagem de que a população que se auto declara trans é mais vulnerável do que todas as demais. A partir disso, foram normalizadas práticas de silenciamento e agressões às mulheres que questionam o avanço de políticas baseadas no conceito de “identidade de gênero”, usando de vitimização e chantagem emocional. A mensagem transmitida é que se, frente a tal “estatística”, você for “má” o suficiente para seguir insistindo no debate, você merece o ostracismo social, a perda de sua fonte de renda e qualquer violência recebida.

Mas essas maquinações não afetam apenas mídia e, portanto, opinião pública. Elas também se infiltram na academia, através de artigos supostamente acadêmicos que replicam dados falsos, citando a ANTRA como fonte (Aguiar, 2022). Um [exemplo](#):

Transexuais e o mundo do trabalho:

o duplo desenraizamento do trabalho sexual

Maria Livia de Sá Roriz Aguiar

Universidade Salgado de Oliveira - Campus de Niterói

<https://orcid.org/0000-0002-3013-8663>

Palavras-chave: Transexualidade; Imigração; Desviante; Brasil; Portugal

Resumo

O artigo tem por objetivo refletir sobre o trabalho sexual desenvolvido por transexuais, enfocando de maneira particular a rotina das transexuais brasileiras que vivem, hoje, em Portugal. Para isso, mostramos como sofrem, nesse caso, uma tripla exclusão (a transexualidade, o fato de ser imigrante ilegal e o próprio trabalho sexual) o que produz interferências nas suas rotinas do trabalho, fazendo com que se transformem em andarilhas contemporâneas e mostrando, ao mesmo tempo, os múltiplos desenraizamentos do trabalho que realizam. Como movimento metodológico específico, descrevemos as rotinas de trabalho de uma transexual em Portugal, a partir da experiência de diversos encontros realizados com a personagem, em que conversas informais se acoplam às caminhadas pelas ruas, num movimento de partilhas de olhares e escutas.

A fonte utilizada no artigo é uma entrevista dada por Benevides, presidente da ANTRA.

Referências

- BENEVIDES, Bruna. Entrevista ao Edição do Brasil. Em 90% da população trans no Brasil tem a prostituição como fonte de renda. In: <http://edicaodobrasil.com.br/2021/05/28/90-da-populacao-trans-no-brasil-tem-prostituicao-como-fonte-de-renda/>. Em 28 de maio de 2021. Acesso em 10 de junho de 2022.
- BUTLER, Judith. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAMINHAS, Lorena. A regulamentação da prostituição é uma demanda por justiça? Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, Brasil. Rev. Bras. Ci. Soc. N. 35. (103), 2020.
- CRESPO, Lara. Ser-se mulher: reflexões de uma mulher trans. In: <http://www.acomuna.net/index.php/contra-corrente/4563-ser-se-mulher-reflexoes-de-uma-mulher-trans>. Acesso em 06 de junho de 2022.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- MOIRA, Amora. E seu eu fosse puta. São Paulo: Hoo Editora, 2016.
- OLIVEIRA, Alexandra. Andar na vida: prostituição de rua e reação social. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2011.
- PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. Cadernos Pagu (25), jul-dez 2005, pp. 217-248.
- PRADA, Monique. Putafeminista. São Paulo: Veneta, 2018.
- SILVA, Antônio Sidney da; LUNA, Moisés Saraiva de. Travestis e transgêneros e sua inserção no mercado formal de trabalho. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v.12, n.39, p.303-318, jan./jun. 2019.
- VIERA, Lucas Bezerra; JÚNIOR, Reginaldo Antônio de Oliveira Freitas. Lei Gabriela Leite: a legalização da prostituição sob uma nova perspectiva no direito penal brasileiro. Revista Transgressões Ciências Criminais em debate, Natal, v.3, n.1, p.331-344, maio 2015.

Mais grave ainda, procuradores do Ministério Público Federal (MPF) utilizam dados sem embasamento sobre pessoas autodeclaradas trans na prostituição como tentativa de comprovar uma vulnerabilidade que justificaria pedidos como [cotas trans e indenização de R\\$ 5.000.000,00 por parte do Governo Federal](#) por não tê-las previsto no Concurso Nacional Unificado (MPF, 2024).

Nas páginas 13 e 14 de uma Ação Civil Pública - que começa com uma citação de Simpson, então presidente da ANTRA -, vemos os seguintes argumentos (**grifos** do original):

Dentre os entrevistados, apenas 51% declararam ter completado o ensino médio e, desses, 27,1%, declararam haver completado o ensino superior. **Não obstante, o mercado de trabalho é escasso para travestis e mulheres trans, tendo a pesquisa constatado que 90% vive da prostituição; enquanto 72% realiza trabalho informal ("bico"). A pesquisa também comprovou a baixa expectativa de vida das pessoas desse grupo de vulneráveis, na medida em que 70% dos entrevistados não ultrapassavam 35 anos.**

As estatísticas referidas, portanto, não deixam dúvidas quanto à severa precariedade existencial das pessoas trans no Brasil, nem quanto ao baixo índice de desenvolvimento humano desse segmento da população. Elas ainda enfatizam a necessidade da adoção de políticas públicas para alterar essa triste realidade.

Uma realidade marcada por constantes violências e impedimentos que afeta diretamente o acesso à educação e ao mercado de trabalho por esse grupo. Ao longo do período de formação básica, a evasão escolar é muito comum, e o desrespeito às suas identidades e às condições financeiras dos indivíduos que pertencem a essa parcela da população interferem incisivamente na continuidade dos seus estudos.

A 5ª Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior realizada pela Andifes evidenciou a baixa presença de pessoas trans nos espaços acadêmicos – **o que representa apenas 0,2% dos estudantes. Ainda segundo a pesquisa, apenas 10% dessa população se encontra empregada no mercado de trabalho formal e 90% sobrevive por meio da prostituição.** (grifos no original)

A nota de rodapé para as informações do primeiro parágrafo leva à [pesquisa do CEDEC](#), já mencionada anteriormente, que não traz esses dados nem sobre prostituição e nem sobre o que parece ser uma menção a expectativa de vida ("não ultrapassam 35 anos"). A observação da pesquisa, na página 22, é de que 70% dos entrevistados tinha até 35 anos.

Essa falsa afirmação sobre uma suposta expectativa de vida de 35 anos, outra invenção da ANTRA, já foi exaustivamente [desmentida pela MATRIA](#).

Já a [V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos \(as\) Graduandos \(as\) das IFES - 2018](#) não faz qualquer menção a prostituição (ANDIFES, 2019). Portanto, o MPF apresenta argumentos em uma peça legal elaborados a partir de um dado para o qual não apresenta nenhuma fonte que sequer o cite. Curiosamente, na página 12 da mesma peça, o próprio MPF cita o dado da pesquisa do Projeto Transvida, segundo o qual "a prostituição era a atividade remunerada de 14,3% dos entrevistados".

Outra esfera influenciada por afirmações como a de que 90% da população autodeclarada trans viveria da prostituição é, claro, a política. Em 2015, foi criado o [programa Transcidadania](#), na cidade de São Paulo. O programa segue existindo, tendo as seguintes características em 2025:

Objetivo: O Projeto Reinserção Social Transcidadania tem como proposta fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para pessoas trans (travestis, mulheres transexuais e homens trans) em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenação de Políticas para LGBTI da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Definição: Programa da Prefeitura de São Paulo destinado a promover os direitos humanos e a cidadania e oferecer condições e trajetórias de recuperação de oportunidades de vida para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social. O programa possui como dimensão estruturante a oferta de condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas à conclusão da escolaridade básica, preparação para o mundo do trabalho e formação profissional, formação cidadã. À essas ações soma-se um exercício de aperfeiçoamento institucional, no que tange à preparação de serviços e equipamentos públicos para atendimento qualificado e humanizado. POT com 30 horas de atividades semanais, bolsa de R\$ 1.593,90 e até 1020 beneficiários de acordo com o plano de trabalho. Vencimento do plano de trabalho em 31/12/2025.

Parceiros: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

Auxílio mensal: R\$ 1.593,90

Carga horária diária: 30 horas semanais (6 horas diárias)

Vigência do termo de cooperação: 31/12/2025

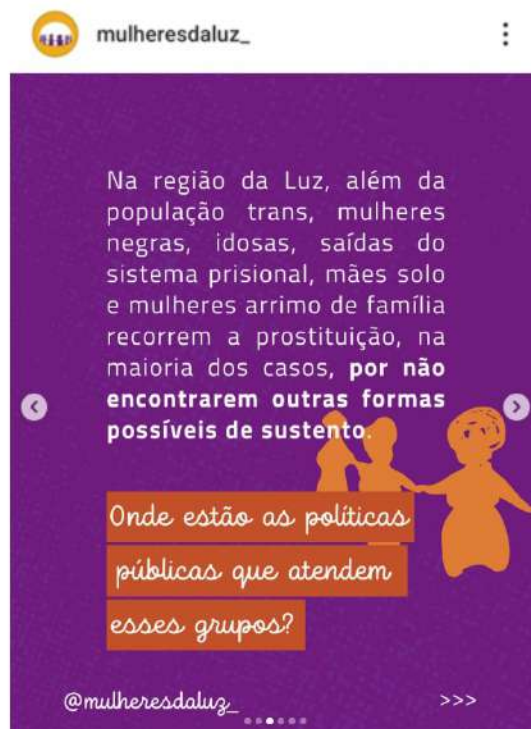
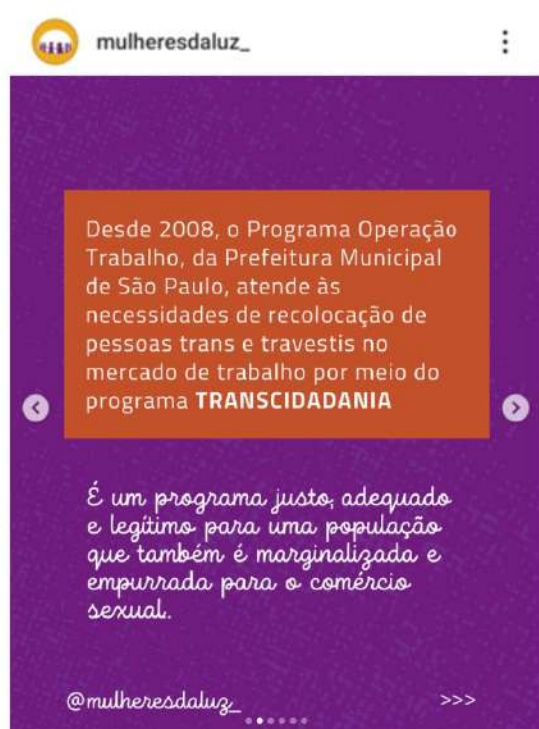
A ONG Mulheres da Luz, “um coletivo que luta pela garantia de direitos às mulheres em situação de prostituição”, fez a seguinte [postagem](#) na rede Instagram, em 22/10/2024:

O ano é 2024, mas ainda não existem políticas públicas específicas para que mulheres em situação de prostituição tenham mais qualidade de vida ou acesso à uma saída, uma alternativa a essa situação.

Nós atuamos nesse espaço de ausência do estado. Trabalhamos a partir da escuta, identificando as principais necessidades das mulheres em situação de prostituição e oferecendo uma rede de apoio integral para garantir mais cidadania e direitos humanos para elas.

Nossa atuação ainda é limitada devido à falta de recursos e a dificuldade em conseguir apoio da prefeitura. Nossa rede de apoiadores, entre voluntários, doadores e aliados da causa, é essencial para a permanência do nosso trabalho. Doe agora e fortaleça a luta das mulheres em situação de prostituição!

Pix: coletivomulheresdaluz@gmail.com



Nessa fala, vemos que a cidade de São Paulo prioriza a reinserção social de pessoas autodeclaradas trans, enquanto mulheres em situação de prostituição, muitas, como diz o post, mães solo (situação específica ao sexo feminino), não são contempladas por programas semelhantes. Na disputa por recursos escassos, políticos fazem escolhas com base, entre outras coisas, no que percebem ser as demandas mais urgentes. Uma narrativa distorcida sobre a vulnerabilidade de uma população distorce a alocação de recursos.

Um outro exemplo é o [Projeto de Lei](#) (PL) criado por Duda Salabert, que pretende reservar vagas de empregos para travestis e pessoas em situação de rua, afirmando que [“Pesquisa mostra que 90% das pessoas trans têm a prostituição como fonte de renda e subsistência”](#).



TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

Projeto reserva vagas no Sistema Nacional de Empregos para travestis e pessoas em situação de rua

Pesquisa mostra que 90% das pessoas trans têm a prostituição como fonte de renda e subsistência



22/05/2023 - 14:24



Duda Salabert: ausência de emprego também afeta gravemente população de rua

O Projeto de Lei 960/23 reserva 4% das vagas ofertadas por intermédio do Sistema Nacional de Empregos (Sine) para travestis e demais pessoas trans e 4% para pessoas em situação de rua.

Em análise na Câmara dos Deputados, o texto altera a [Lei 13.667/18](#), que trata do Sine. Pelo texto, no caso de ausência de pessoas em situação de rua, travestis e demais pessoas trans, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas pelo público em geral.

A justificativa para o Projeto inclui os parágrafos abaixo (grifos nossos):

Dados da ANTRA afirmam que 90% das travestis e demais pessoas trans têm a prostituição como fonte de renda e subsistência. Sem nenhum julgamento moral sobre o exercício da prostituição, esse grau de concentração ocorre pela ausência de oportunidades de trabalhos no setor formal, seja pelo preconceito direto que travestis e demais pessoas trans enfrentam, seja de forma indireta pela expulsão escolar que muitas dessas pessoas sofrem durante o período de escolarização. Mesmo essa realidade já sendo fartamente noticiada na mídia e denunciada por movimentos sociais, inexistem até o momento políticas públicas, em âmbito nacional, que estimulem a empregabilidade travestis e demais pessoas trans.

A ausência de emprego também afeta gravemente a população em situação de rua. Segundo dados do **Censo de População em Situação de Rua 2020, realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em colaboração com o Instituto Pereira Passos**, 64% das pessoas estavam naquela situação por perda de trabalho, moradia ou renda, sendo que destes, 42,8% afirmaram que se tivessem um emprego sairiam das ruas.

Mais uma vez, portanto, a única fonte para a afirmação do texto é a ANTRA que, como vimos, não tem qualquer pesquisa a respeito do real percentual de pessoas trans identificadas em situação de prostituição.

O contraste da menção aos “dados da ANTRA” com o parágrafo seguinte é gritante: o embasamento para a inclusão de pessoas em situação de rua no mesmo PL é um Censo realizado pela prefeitura do Rio, em colaboração com o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos: dados, portanto, oficiais, realizados de acordo com as melhores práticas científicas.

Conclusão

Por que, apenas quando se trata da parcela da população que se auto declara trans, tudo o que se sabe sobre estatística é esquecido, considerado desnecessário? A quem interessa a repetição incessante de afirmações demonstravelmente falsas, mas que criam uma falsa aura de vulnerabilidade em torno de um grupo formado, majoritariamente, por homens que desejam acesso a espaços e desejos femininos?

Também é preocupante a contradição da ANTRA ao defender a prostituição como “trabalho sexual” e solicitar a descriminalização de atividades relacionadas à exploração sexual, enquanto simultaneamente reconhece a ligação entre prostituição e violência. Essa postura ignora a natureza exploratória da prostituição e contribui para a perpetuação de um sistema que desumaniza as pessoas. Ao invés de apresentar dados precisos e defender os direitos da população trans de forma coerente, a ANTRA parece priorizar a manutenção de uma narrativa específica, mesmo que isso signifique distorcer a verdade e perpetuar um ciclo de violência e desigualdade.

É crucial que a sociedade e os formuladores de políticas públicas questionem e analisem criticamente as informações fornecidas pela ANTRA, buscando fontes de dados mais confiáveis e metodologicamente rigorosas. A verdadeira defesa dos direitos humanos exige uma abordagem honesta e transparente, que reconheça a complexidade da questão da prostituição e trabalhe para oferecer alternativas reais e seguras para aqueles que se encontram nessa situação.

Referências Bibliográficas

Agência Brasil. Pesquisa descreve barreiras para acesso de pessoas trans ao emprego. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve-barreiras-para-acesso-de-pessoas-trans-ao-emprego>. Acesso em: 25 mar. 2025.

AGUIAR, Maria Livia de Sá Roriz. Transexuais e o mundo do trabalho. Revista Espaço Acadêmico, 2022. 37-46. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/64001>

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018. Brasília, DF: Andifes, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Relatório Mapa dos Assassinatos 2017. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Dossiê dos Assassinatos e Violência contra Pessoas Trans em 2018. 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contr-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020. 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022. 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023. 2024a. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Nota Produção de Dados ANTRA 2024. 2024b. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/03/nota-producao-de-dados-antra-2024-1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024. 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 960, de 2023. Dispõe sobre a reserva de vagas no Sistema Nacional de Empregos (SINE) para travestis e pessoas em situação de rua. Autoria: Dep. Duda Salabert. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2240494&filename=PL%20960/2023. Acesso em: 25 mar. 2025.

Centro de Estudo de Cultura Contemporânea (CEDEC). Mapeamento das pessoas transgêneras na cidade de São Paulo. 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

Folha de São Paulo. Emprego formal ainda é exceção entre pessoas trans. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/emprego-formal-ainda-e-excecao-entre-pessoas-trans.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2025.

G1. Cerca de 90% das travestis e transexuais do país sobrevivem da prostituição. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/cerca-de-90-das-travestis-e-transexuais-do-pais-sobrevivem-da-prostituicao.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2025.

Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF). Retratos Sociais DF 2021 - População LGBTQIA+: perfil sociodemográfico, escolaridade e mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Estudo-Retratos-Sociais-2021-Populacao-LGBTQIA.pdf> (<https://www.google.com/url?q=https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Estudo-Retratos-Sociais-2021-Populacao-LGBT>). Acesso em: 25 mar. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Ação Civil Pública. Solicitação de cotas trans e indenização de R\$ 5.000.000,00 por parte do Governo Federal. Brasília, DF, [S.d.]. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/ac/sala-de-imprensa/docs/copy_of_ACPCotastransConcoursounificado.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Prostitution and violence against women and girls report. 2021. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5648-prostitution-and-violence-against-women-and-girls-report>. Acesso em: 25 mar. 2025.



MATRIA
MULHERES ASSOCIADAS
mães e trabalhadoras do Brasil